

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS – CAMPUS DE BAURU
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JULIA ALANDA DELGADO

**AS RELAÇÕES DA ESCOLA E DA FAMÍLIA: A GESTÃO ESCOLAR NO
CONTEXTO DO PATRIARCADO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

**BAURU
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS – CAMPUS DE BAURU
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JULIA ALANDA DELGADO

**AS RELAÇÕES DA ESCOLA E DA FAMÍLIA: A GESTÃO ESCOLAR NO
CONTEXTO DO PATRIARCADO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências– UNESP, Bauru, como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Márcia Lopes Reis.

**BAURU
2024**

D352r

Delgado, Julia Alanda

As relações da escola e da família: a gestão escolar no contexto do patriarcado na sociedade brasileira / Julia Alanda Delgado. -- Bauru, 2024

37 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Bauru

Orientadora: Márcia Lopes Reis

1. Patriarcado. 2. Gestão Escolar. 3. Família. I. Título.

JULIA ALANDA DELGADO

**AS RELAÇÕES DA ESCOLA E DA FAMÍLIA: A GESTÃO ESCOLAR NO
CONTEXTO DO PATRIARCADO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências – UNESP, Bauru, como parte dos requisitos para obtenção do título de graduação em Pedagogia, sob a orientação do Profa. Dra. Márcia Lopes Reis.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Márcia Lopes Reis – orientadora
Faculdade de Ciências – UNESP – Bauru.

Profa. Dra. Thaís Cristina Rodrigues Tezani
Faculdade de Ciências – UNESP – Bauru.

Profa. Ma. Juliana Silvério
SME/ Bauru.

BAURU
2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus primeiros alunos que mostraram a possibilidade de exercer a profissão de forma leve e divertida, além de terem me motivado a estudar como me relacionar melhor com suas famílias na condição de mulher e professora.

Agradeço aos meus pais, ao meu companheiro e às minhas amigas especiais, por todo o apoio, incentivo e força para não desistir durante esse longo período de graduação.

Agradeço à minha orientadora Márcia, que serviu como inspiração de profissional da educação e de pesquisadora para mim, além de ter possibilitado que este trabalho se concretizasse.

Por último, mas não menos importante, a Deus e a todas as forças que trilharam o caminho até aqui.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso de licenciatura em pedagogia analisa a relação entre escola e família no contexto do patriarcado na sociedade brasileira, com foco nas ações que a gestão escolar precisa realizar para minimizar problemas decorrentes de práticas patriarcais. O objetivo geral foi identificar possibilidades de ações da gestão escolar no sentido de estreitar as relações da escola e da família para enfrentar as consequências sociais do patriarcado. Para alcançar tal objetivo, utilizando como metodologia a revisão bibliográfica, foi traçada uma linha de estudo a partir da constituição do modelo familiar patriarcal no Brasil, que sistematiza as influências que esse modelo perpetua na sociedade e na escola. Os resultados indicaram que a escola seria a instituição propícia para que a atuação da gestão representasse as questões de gênero. Nas discussões, as obras analisadas evidenciam a gestão como a realidade vivida e mediada pelos alunos, familiares e corpo docente. No contexto do patriarcado, essas práticas pedagógicas refletem a relevância para a relação família e escola, sobretudo, em função de abordar contextos que coincidem da mulher como mãe e como professora. Conclui-se que a gestão escolar pode atuar promovendo informação, diálogo, intervenção, formação docente e formação parental, com o intuito de exercer a gestão democrática e conquistar a parceria das famílias.

Palavras-chave: Patriarcado; Gestão Escolar; Família.

ABSTRACT

This work for the conclusion of a degree in pedagogy analyzes the relationship between school and family in the context of patriarchy in Brazilian society, focusing on the actions that school management needs to take to minimize problems arising from patriarchal practices. The general objective was to identify possibilities for school management actions to strengthen school and family relationships to face the social consequences of patriarchy. To achieve this objective, using bibliographic review as a methodology, a line of study was drawn from the constitution of the patriarchal family model in Brazil, which systematizes the influences that this model perpetuates in society and at school. The results indicated that the school would be the ideal institution for management to represent gender issues. In the discussions, the works analyzed highlight management as the reality lived and mediated by students, families and teaching staff. In the context of patriarchy, these pedagogical practices reflect the relevance for the family and school relationship, above all, in terms of addressing contexts that coincide with women as mothers and teachers. It is concluded that school management can act by promoting information, dialogue, intervention, teacher training and parental training, with the aim of exercising democratic management and gaining the partnership of families.

Keywords: Patriarchy; School Management; Family.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2 METODOLOGIA | 13 |
| 3 RESULTADOS..... | 15 |
| 4 A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE PATRIARCAL NO BRASIL.... | 21 |
| 5 A ESCOLA CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DO PATRIARCADO E A GESTÃO ESCOLAR | 24 |
| 6 ANÁLISE DOS ESTUDOS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA MUDANÇA DAS PRÁTICAS DECORRENTES DO PATRIARCADO..... | 27 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 32 |
| REFERÊNCIAS..... | 34 |

1. Introdução

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema as relações da escola e da família e a importância que a gestão escolar desempenha nessa mediação. Para começar, deixo evidente que o interesse pelo tema teve início com a experiência em sala de aula, após alguns anos como monitora na Educação Infantil na escola privada, assumi uma sala e o desafio da relação com a família surgiu. Tal momento foi marcado pela reflexão sobre as importantes contribuições que escolas e famílias precisam estabelecer entre si, essas interações favorecem o estudante, que forma parte do ambiente da instituição escolar e o de sua casa. A família representa a instituição inicial das sociedades, mesmo contemporâneas: todos pertencemos a essa instituição e temos importantes relações com a escola que, muitas vezes, sucedem a convivência familiar.

Em termos burocráticos e legais, no Brasil, a definição de família consta da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) que concebe somente a união estável entre homem e mulher, ou o conjunto de descendentes de um dos pais como família. No entanto, parece haver mudanças no “mundo vivido” pois, a pesquisa realizada pelo IBGE e pelo PnadC, no 3º trimestre de 2022, registrou que entre os 75 milhões de lares participantes da pesquisa, a mulher ocupa o cargo de chefe da família em 34,2% sendo um casal com filhos, 14,6% sendo um casal sem filhos, 29,0% seriam famílias formadas por uma mulher com filhos e 14,6%, enquanto família com unipessoal feminino. Comparando com a leitura do Código Civil de 1916, é notável que a mulher sempre carregou a responsabilidade pela família, mas no passado, jamais poderia ser considerada como chefe de tal.

Todas essas mudanças tratam da perspectiva que, “diferentes formas de organização familiar foram, portanto, inventadas ao longo da história” (Narvaz, Koller, 2006, p. 50), isto é, a forma que o termo família é concebido pela Constituição Brasileira foi construído ao longo do tempo e remete à influência do modelo patriarcal, que surge na Roma Antiga, mostrando o homem como protagonista e sujeito de poder dentro de seu lar (Narvaz, Koller, 2006).

No Brasil, esse modelo aparece inicialmente no Brasil Colonial por meio da influência dos portugueses e se instala no contexto das grandes produções agrárias, porventura, perde seu destaque com a industrialização que revela a família

moderna, onde a mulher também pode trabalhar mas, o poder segue característico do homem (Corrêa, 1981).

Essa idealização do poder e condução das famílias sob a responsabilidade do homem parece ter sido uma interpretação da primeira Constituição Brasileira (1824, ainda no Brasil Colônia ou, em 1891, como República) e o Código Civil no início do século XX. Assim, o tratamento dado à mulher, ao longo da história, sofreu inúmeras mudanças: alguns marcos legislativos, como o Código Civil de 1916 e o de 2002, possuem transformações relevantes que a mulher conquistou, no decorrer dos anos.

Dentre essas conquistas, estariam a autonomia, a independência e a isonomia em relação ao homem. Isso fez com que a legislação vigente contivesse disposições contrastantes com as formas de normatização do passado graças aos movimentos históricos e feministas que, aos poucos, permitiram que a mulher conquistasse um lugar na sociedade. Assim, nota-se que o Código Civil de 1916 regulamentava um pensamento patriarcal e machista e não concedia os mesmos direitos e obrigações aos homens e mulheres. A ideia de submissão e de dependência preponderava, fazendo com que as mulheres não pudessem agir com autonomia, nem perante a sociedade, nem perante a sua família. Os processos de urbanização e industrialização do Brasil vividos, fortemente, a partir da década de 1930, reforçaram os movimentos feministas.

Assim, as mulheres conquistaram direitos e igualdade de tratamento em relação aos homens e os distintos setores da sociedade, inclusive na educação formal. Pouco a pouco, as famílias foram mudando sua visão em relação à posição da mulher nas relações familiares e sociais. Surgiram, então, legislações específicas, como o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/62) e o Código Eleitoral (Lei nº 6.515/77), que possibilitaram que a mulher adquirisse mais direitos, e a Carta Magna de 1988 consagrou a ideia de igualdade de gêneros. Sabe-se que toda Constituição resulta em diferentes formas de regulamentação das relações sociais e o Código Civil, de 2002, surge em um ambiente mais igualitário, reconhecendo que não existiria mais a sua submissão em relação ao homem.

Ocorre que essas determinações de gênero na sociedade propostas pelo patriarcado que contribuíram para a invisibilidade da mulher na família e no local de trabalho não mudam apenas por força de lei. Assim, o patriarcado segue agindo como determinante das dificuldades da mulher em exercer responsabilidades e dificulta que ela seja valorizada em suas atuações (Narvaz, Koller, 2006). Logo, ele

atinge as relações do gênero feminino em diversos âmbitos, como na relação entre escola e família, que iremos tratar neste trabalho, pois a escola pode ser um local para questionar esses efeitos do patriarcado e, com a gestão modificar tais relações verticalizadas.

Além disso, é importante entender que o maior desafio se deve por conta do conflito entre os deveres de ambas as partes, a família compreende como dever preparar o sujeito para viver socialmente, delimitando valores e saberes do senso comum, enquanto a escola, se designa a socialização do saber histórico e baseado na ciência, sem considerarem que esses objetivos devem se interpenetrar (Oliveira, Marinho-Araújo, 2010).

Nesse sentido, em que medida a gestão escolar poderia agir como mediadora das complexas relações entre as instituições escola e família, priorizando buscar compreender a visão da mulher que figura como agente responsável, majoritariamente, nas duas instituições sociais? A hipótese central para a resposta a essa pergunta-problema é que a gestão poderia agir no desafio de enfrentar a culpabilização da mulher em diversos cenários, tais esses que ocorrem por conta desse conflito de deveres, que ao invés de incitar a responsabilização compartilhada, cada lado transfere culpa para o outro (Oliveira, 2002).

As demais hipóteses para essa questão-problematizadora são: a) o acesso à informação para as mulheres do que é o patriarcado e como ele se constitui, historicamente, faz com que a mulher possa tomar conhecimento das suas possibilidades na família e na sociedade; b) as semelhanças nas vivências da professora e da mãe podem construir parcerias entre ambas para enfrentarem suas responsabilidades na educação e criação da criança; c) o diálogo pode se tornar “agente de transformação” ao desmistificar a negação de direitos da mulher e promover uma divisão das responsabilidades entre homens e mulheres, de forma justa.

A relevância desta pesquisa estaria no fato de tratar da perspectiva da mulher no processo de culpabilização, determinado pela família e escola, que costumam atribuir culpa (e não responsabilidade) à mulher/mãe ou à mulher/professora em função de uma tradicional perspectiva patriarcal da sociedade brasileira. Desse modo, a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelos cuidados dos filhos, é atribuída à mulher pelo pensamento da sociedade, em geral, marcado pelo

patriarcado. Nesse contexto, o papel das mulheres no contexto econômico ainda é desqualificado.

Algumas pesquisas dão conta do quanto as mulheres recebem a menos, ocupando os mesmos cargos como demonstrado por Karlin, England, Richardson (2002) e Geronimo da Silva e Verzola Vaz (2022) sobre os estereótipos sociais de gênero. No caso desses dois últimos autores, um estudo longitudinal analisa o porquê as mulheres recebem menos pelo mesmo trabalho realizado.

Nesse contexto, o trabalho da docência (sobretudo na Educação Infantil) desempenhado em uma ocupação composta principalmente por mulheres é tido como menos valioso ou menos exigente, de maneira que o nível de remuneração oferecido é mais baixo do que seria observado caso o trabalho fosse feito principalmente por homens. Vale ressaltar que a responsabilidade recai tanto para aquelas que se tornam responsáveis pelos filhos, pois, se algo ocorre, elas serão questionadas; tanto para aquelas que desejam independência financeira, pois estão construindo alternativas ao que foi proposto a elas (Narvaz, Koller, 2006).

As medidas que a gestão escolar é capaz de propor para estreitar as relações entre escola e família, bem como, a necessidade de estudar práticas diferenciadas em relação ao modo patriarcal da sociedade brasileira se concentram como principais pontos a serem estudados e discutidos neste trabalho. Em vista disso, eis então o desafio de entender alternativas que são necessárias para minimizar esse problema, considerando a intenção de unir ambas as partes, e mais importante de unir as mulheres envolvidas.

O objetivo geral deste trabalho foi identificar possibilidades de ações da gestão escolar no sentido de estreitar as relações da escola e da família para enfrentar as consequências sociais do patriarcado. Além disso, os objetivos específicos eram: a) sistematizar, a partir da literatura analisada, as semelhanças nas vivências da condição de professora e da situação de mãe na educação das crianças; b) analisar como essas ações podem minimizar a responsabilização excessiva e a culpabilização da mulher, historicamente construídas na sociedade brasileira, proporcionando ações conjuntas em meio às suas dificuldades enfrentadas.

Assim, este trabalho de conclusão de curso está dividido em nas seguintes seções: 1. Introdução; 2. Metodologia; 3. Resultados; 4. A constituição histórica da sociedade patriarcal no Brasil; 5. A escola contemporânea no contexto do

patriarcado e a gestão escolar; 6. Análise dos estudos de práticas pedagógicas para mudança das práticas decorrentes do patriarcado e, por fim, 7. Considerações finais.

Na primeira seção, ocorre a reflexão introdutória a partir do tema escolhido, enquanto na seção seguinte, descreve-se a metodologia de pesquisa adotada para estudar o assunto deste trabalho. Na quarta seção, discute-se o surgimento do patriarcado na sociedade brasileira, em seguida, o patriarcado persiste na discussão, mas relacionando a escola e a gestão escolar nesse contexto. Na sexta seção, são discutidas práticas pedagógicas relatadas das obras analisadas. Para concluir, nas Considerações finais, ocorre a recapitulação e conclusão das questões tratadas, e a seção final, encerra com todas as referências utilizadas.

2. Metodologia

A revisão bibliográfica foi a opção metodológica para essa pesquisa apresentada como trabalho de conclusão do curso de Pedagogia. Segundo Andrade (2010, p.113), “todo trabalho científico pressupõe uma pesquisa bibliográfica preliminar”. Portanto, esta seção visa explicar como foi feito esse processo.

A obra citada foi a maior referência na produção metodológica deste trabalho e para a definição do termo revisão bibliográfica, foram refletidas as obras de Marconi e Lakatos (2003), em especial o livro, Fundamentos de Metodologia Científica em que afirmam:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (Marconi; Lakatos, 2003, p.183).

Assim, a revisão bibliográfica é o momento em que o pesquisador utiliza diversos trabalhos publicados para construir a base da análise, que será feita por ele, a partir do tema escolhido. Continuando o uso da obra acima, há ainda o seguinte trecho importante para categorizar a metodologia escolhida:

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. (Marconi; Lakatos, 2003, p.183).

Com base nisso, conclui-se que um embasamento com informações pertinentes operando critérios que respondem a intencionalidade do autor, é benéfico para o estudo do assunto empregado no trabalho, e pode trazer inovação para o tema. Sendo assim, destaca-se que a busca pelas informações foi guiada com o auxílio da orientadora, que indicou artigos e obras eletrônicas disponíveis em documento no formato PDF.

Além da forma de busca citada, para tratar da Seção III deste trabalho, intitulada “A escola contemporânea no contexto do patriarcado e a gestão escolar”, foi necessária uma pesquisa a partir de palavras-chave como “feminismo”, “escola”,

“mulheres”, “gestão”, “relação família-escola” e “patriarcado”, a fim de encontrar artigos que tratassem da gestão escolar e contribuíssem para a perspectiva do trabalho. O Google, sua versão acadêmica e a base Scielo, foram os sites de busca usados para encontrar tais artigos e outras informações significativas, ressaltando que a busca seguiu o critério de priorização de publicações de 2014 a 2024.

A próxima seção trata dos resultados dessa pesquisa e da forma de seleção dos artigos encontrados.

3. Resultados

Para buscar artigos que contribuíssem com o foco do trabalho, foi necessário realizar pesquisas relacionando palavras-chave entre si e estudar a partir delas seus resultados. Assim, o conectivo booleano “and” foi fundamental para os autores e abordagens encontrados. O objetivo era selecionar artigos que seriam capazes de tratar do assunto e que poderiam agregar dados e análises de pesquisas ampliando, assim, as informações e enriquecendo o repertório de argumentos da autora.

A seguir, observa-se o quadro central desta seção, a relação dos resultados obtidos com as palavras-chave descritas, as bases de dados e o período de consulta:

Quadro 1: Primeiros resultados da pesquisa

| Palavras-chave | Resultados |
|---|--------------------|
| Gestão e patriarcado ‘and’ escola | 21.400 resultados |
| Gestão escolar ‘and’ patriarcado ‘and’ mulheres | 20.100 resultados |
| Gestão ‘and’ escola ‘and’ mulheres | 722.000 resultados |
| Gestão escolar ‘and’ família ‘and’ mulheres | 376.000 resultados |
| Feminismo ‘and’ escola ‘and’ gestão | 33.400 resultados |

Fonte: Dados agregados pela autora.

Esse elevado número de resultados foi dimensionado segundo os critérios de exclusão e de destaque. A pesquisa, em sua maioria, foi centrada em avaliar os primeiros resultados, pois seriam aqueles que foram mais acessados por outras pessoas. Além disso, foi dada preferência para obras escritas por mulheres, para que o estudo fosse feito a partir de seu local de fala.

A seleção também contou com o critério da plausibilidade, isto é, sobre as possibilidades de acesso às informações do artigo, como autor, data, revista, entre outras, inclusive verificando se a data da publicação pertencia de 2014 a 2024.

Outro ponto importante é que foi direcionada a atenção às obras que tratassem do trabalho da gestão e dos funcionários da escola no contexto geral, de gênero e do patriarcado, mas, também, foram consideradas as publicações que estudavam a experiência da mulher na gestão escolar, que por sinal, respondiam por maioria entre os resultados.

Após a leitura prévia das obras selecionadas, a partir do Resumo, Palavras-Chave, dados informativos e referências, ocorreu uma leitura seletiva, que concebia que partes das abordagens seriam mais relevantes para a proposta deste trabalho de conclusão de curso. Por último, a leitura reflexiva correspondia ao momento em que a autora anotava as ideias principais, grifava as mesmas e alguns trechos reveladores.

O Quadro 2 sistematiza as obras que resultaram da pesquisa por palavras-chave:

Quadro 2: Resultados detalhados da pesquisa

| Ano | Autor | Título do artigo | Objetivos | Conclusões |
|------|--------------------------------------|---|---|--|
| 2019 | Rúbia Borges e Luciane Pandini-Simia | Desafios da gestão na educação infantil: entre concepções e práticas de gestoras. | Analisar as concepções e práticas de gestoras por meio de suas narrativas no âmbito da educação infantil. | A falta de ação da gestão em compromissos além dos burocráticos e a falta da participação dos professores, familiares e outros profissionais da instituição, revelam a precariedade da experiência |

| | | | | | |
|------|--|---|---|--|--------------------------|
| | | | | | democrática nas escolas. |
| 2021 | Valdirene Eliane Bailon de Souza, Rita Márcia Andrade Vaz de Mello e Maria de Lourdes Mattos Barreto | O olhar da gestão escolar para além do marco institucional: percepções da gestão escolar sobre a atuação e a participação familiar na escola. | Analisar a relação entre a equipe gestora e as famílias dos educandos, identificando as percepções sobre a própria atuação e a participação das famílias no âmbito institucional. | Tanto a família como a escola passaram por transformações ao longo da história. Agora cabe à instituição, por meio da gestão, encontrar soluções para o impasse que se estabelece entre os envolvidos, procurando atraí-los para uma parceria saudável, sem resultar em um modelo "ideal". | |
| 2018 | Ana Paula Costa Cláudia Pereira Vianna | A Formação em gênero e a crítica ao patriarcado: subordinações e resistência de mulheres professoras. | Refletir sobre as possíveis influências do curso <i>Gênero e Diversidade na Escola</i> (GDE), na compreensão de professoras | A formação feita pelo GDE gerou um espaço de discussões, questionamentos, e | |

| | | | | | |
|------|---|---|----|---|--|
| | | | | de Ensino Fundamental sobre as diferentes formas de ser mulher e de ser professora, sob o ponto de vista das relações de gênero. | desconfianças acerca da sexualidade e das relações de gênero. |
| 2020 | Jovandra Luiza Soldi e Edson Carpes Camargo | Mulheres na gestão escolar: questões de gênero, tempo pedagógico e qualidade de vida. | na | Investigar como o tempo empregado na gestão de uma escola interfere na qualidade de vida de mulheres gestoras. Além disso, trabalhar estudos de gênero e leituras teóricas e teóricos que apresentam situações de desigualdade de gênero. | É necessário desnaturalizar a cultura patriarcal que está arraigada em nós. A mulher constituída por uma cultura social, precisa acreditar e continuar a luta por sua profissão, por direitos iguais de gênero e por equidade. |

| | | | | |
|------|---------------------------------------|--|---|---|
| 2024 | Vanessa Braz Costa | A influência feminina na gestão escolar: um estudo sobre a presença da mulher na rede pública de ensino. | Estudar a influência feminina na gestão escolar no contexto da sociedade machista brasileira, visto que, as mulheres são maioria absoluta dos ocupantes dos cargos de gestão escolar. | É possível supor que o predomínio das mulheres nos cargos de gestão escolar possui diversas motivações, mas indicam que se houvessem menores exigências para o ingresso dos homens, provavelmente estes seriam maioria. |
| 2013 | Maria da Graça Rolo dos Santos Simões | Formação Parental em contexto escolar: Promoção da construção de pontes entre Escola e Família. | Valorizar o papel da Formação Parental enquanto ponte entre as instituições e família e escola, promovendo mais sucesso escolar. | Ultrapassada a carência de formação, as restantes dificuldades também são ultrapassáveis. |

| | | | | |
|------|---|---|---|---|
| 2019 | Lia Machado Fiuza Fialho e Francisca Genifer Andrade de Sousa | Feminismo e machismo na escola: desafios para a educação contemporânea. | e Compreender os conhecimentos de professores da educação básica sobre feminismo e machismo, assim como as práticas educativas que desenvolvem para trabalhar questões de gênero. | O posicionamento omissivo do educador tem o potencial de contribuir para preservar ou superar a disseminação da cultura machista, que desvaloriza a mulher. |
|------|---|---|---|---|

Fonte: Dados agregados pela autora.

No sentido de fundamentar, historicamente, o contexto a partir do qual essas análises são feitas, cabe apresentar a construção de uma sociedade patriarcal no Brasil, segundo dados sistematizados na próxima seção.

4. A constituição histórica da sociedade patriarcal no Brasil

“A escola e a família possuem papéis significativos na formação do indivíduo”. Essa fala do senso comum pode ser considerada representada na obra das autoras Dessen e Polonia (2007, p. 22), em que é tratado que “ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente”.

Desse modo, faz sentido refletir sobre os modelos de família da sociedade, afinal eles podem definir como será a relação de ambas as partes responsáveis pela formação do sujeito. O modelo de família estudado neste trabalho é o patriarcal, que como dito anteriormente, surge na Roma Antiga, mostrando uma família em que o homem é protagonista e é capaz de ditar as ações de todos ali inseridos (Narvaz, Koller, 2006). Esse padrão criado a favor do homem, reverbera o machismo da sociedade, como explicado no seguinte trecho da obra há pouco utilizada:

Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. (Narvaz; Koller, 2006, p. 50).

Em sequência, a obra traz mais da relação do modelo familiar com a origem do machismo, palavra definida pelo Dicionário Online de Português como “opinião ou atitudes que discriminam ou recusam a ideia de igualdade dos direitos entre homens e mulheres”:

A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (Narvaz; Koller, 2006, p. 50 *apud* Millet, 1970; Scott, 1995).

Compreendendo a origem e a relação do patriarcado com o machismo estrutural, é possível observar que tal modelo familiar influenciou os grupos sociais e determinou a posição da mulher na sociedade. Sendo assim, a presença do

patriarcado no Brasil será estudada a partir de agora, com objetivo de entender como ele surgiu e seus efeitos ao longo da história.

A obra - Repensando a Família Patriarcal Brasileira de Corrêa (1981) -, destaca como foi o surgimento da organização familiar e doméstica no país:

Ela se instala nas regiões onde foram implantadas as grandes unidades agrárias de produção - engenhos de açúcar, fazendas de criação ou de plantação de café - mantém-se através da incorporação de novos membros, de preferência parentes, legítimos ou ilegítimos, a extensos 'clãs', que asseguram a indivisibilidade de seu poder, e sua transformação se dá por decadência, com o advento da industrialização e a ruína das grandes propriedades rurais, sendo então substituída pela 'família conjugal moderna'. (Corrêa, 1981, p. 6).

Ainda mais adiante, a autora diz que tal modelo era vigente desde o Brasil Colônia, ou seja, a influência dos portugueses esteve presente para que a organização familiar se centrasse na figura masculina, o “senhor do engenho”. Afinal, o homem que guardava o poder dos meios de produção também deveria ser aquele que exerce seu poder dentro de casa, tal qual a figura do imperador, que os brasileiros bem conheciam (Corrêa, 1981).

A história se repetiu ao longo do tempo, o mesmo personagem se tornava o principal em meio a tantos:

Iluminados por esse padrão dominante, lemos nossa história a partir dele, como se nessa biografia de um personagem central se incorporassem todos os personagens centrais dos vários séculos, sempre os mesmos; como se todos os caminhos levassem natural e inexoravelmente ao caminho principal, o percorrido, e ele fosse um desdobramento também natural de uma circunstância dada, ou um resumo, um apanhado, das alternativas concretamente vividas. (Corrêa, 1981, p. 6).

A autora coloca o “fim” da família patriarcal no Brasil com a chegada da industrialização, porém deixa claro, que a marginalização de outras organizações familiares ocorreu na época por conta do patriarcado.

Na atualidade, aqueles que viveram e podem ainda viver um aspecto desse modelo de forma mais modernizada, são hoje, responsáveis pela marginalização de modelos familiares que diferem da “família tradicional brasileira”:

Estas notas não pretendem apenas apontar para a possibilidade da existência de formas concretas alternativas de organização familiar, mas, também sugerir que assim como a família patriarcal instituiu na prática a marginalização de outras formas familiares, os autores da história da família

brasileira vêm sistematicamente instituindo teoricamente essas possibilidades alternativas em formas marginais. (Corrêa, 1981, p. 14).

Assim, o patriarcado ainda persiste como responsável pela visão correta de família na sociedade atual e como determinador dos papéis que a mulher deve assumir no contexto sexista e machista. Através desse entendimento, a seção seguinte terá como foco compreender como a gestão escolar pode agir no contexto patriarcal na tentativa de minimizar as ações discriminatórias causadas por tal modelo de relações sociais, com o objetivo de uma relação pedagógica com as famílias.

5. A escola contemporânea no contexto do patriarcado e a gestão escolar

Como dito anteriormente, o patriarcado influenciou demasiadamente a sociedade com seu modelo familiar e com as atribuições sociais ao sexo feminino e ao masculino. Tais atribuições ocasionaram no surgimento do termo gênero:

Consideravelmente o termo gênero surgiu no mundo acadêmico a partir de pesquisadoras feministas que buscavam desnaturalizar a condição da mulher na sociedade (Simião, 2005), desconstruindo a ideia de que determinadas características são de essência feminina ou masculina. (Soldi; Camargo, 2020, p.5).

Desse modo, o patriarcado agiu na construção social do gênero e por conta disso, passa a ser assunto digno de ser tratado na escola:

Segundo Luz (2009) gênero enquanto construção social do feminino e masculino, foi assumido como elemento das relações sociais, presentes em todas as instituições, incluindo a escola, sendo este, o ambiente que contribui para a produção e reprodução de padrões e identidades de gênero. Esta autora ressalta que o/a educador/a é considerado/a o/a profissional de extrema relevância para a construção da igualdade de gênero, objetivando o enfrentamento das inúmeras formas de violência e a promoção da equidade de gênero. (Soldi; Camargo, 2020, p.5).

Logo, ao apontar a escola, apontamos seus funcionários e principalmente a gestão e por conclusão apontamos as mulheres da sociedade, visto que, segundo indicadores datados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), as mulheres são maioria nos cursos profissionais da Educação Básica, calculando um total de diferença entre os sexos, na faixa de 40 a 49 anos, de 60,7% para as mulheres.

Esses dados trazem um importante motivo de trabalhar o gênero nas escolas, sua desigualdade. Afinal, a pesquisa do IBGE retorna reflexões que dizem que as mulheres atribuem a si o papel de professoras e gestoras, pois ainda remetem a mulher cuidadora e doméstica do patriarcado, revelando o direcionamento da profissionalidade da mulher para áreas que desempenham funções dentro deste quadro (Soldi; Camargo, 2020).

Além disso, a escola contemporânea no contexto do patriarcado precisa trabalhar tais preconceitos sexistas que, muitas vezes, são motivadores para as atrocidades que ocorrem com a mulher, como por exemplo, a violência doméstica

(Brabo, 2004). Segundo dados recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o número de mulheres vítimas de violência doméstica em 2023 teve um aumento de 9,8% em comparação com 2022, além de terem sido registrados 778.921 ameaças e 38.507 casos de violência psicológica.

Outro ponto que vale ser ressaltado e que interessa a este trabalho, é que o patriarcado está presente na relação entre escola e família. Entre as principais reclamações de gestores e gestoras da educação está a dificuldade de conseguir a participação dos pais na vida escolar de seus filhos, ao tocar neste tópico, é possível trazer à tona as mudanças ocorridas na sociedade da atualidade:

Na presente discussão, não podemos ignorar o patriarcado, que se tornou tema frequente na literatura para compreender e fundamentar o contexto nacional (e também internacional). De acordo com Saffioti (2004), antigamente, a mulher era designada a cuidar dos filhos e da casa, enquanto o homem buscava o sustento trabalhando fora. Hoje, ambos são os responsáveis pela manutenção do lar; inclusive, há situações em que a mulher é a única provedora econômica. (Souza; Mello; Barreto, 2021, p.5).

Isto é, após a Revolução Francesa e Industrial, a mulher passa a ser operária, a exercer uma profissão, deixa de ser somente esposa e mãe, apesar de ter mais espaço em áreas em que ela atua de forma parecida (Soldi; Camargo, 2020). Pois bem, se antes a responsabilidade da mulher era ficar em casa com seus filhos e se fazer presente, agora que ela não se encontra, quem pode assumir essa função? Como a vida escolar de seus filhos pode ter destaque em meio a tudo que enfrenta?

Diante desse tipo de mudança, é fundamental considerar/compreender os aspectos que forçam as famílias a não acompanharem a vida escolar dos filhos. Será que pedem ao tio(a), vizinho(a), padrinho/madrinha, ou aos avós para comparecerem em reuniões e eventos escolares? Será que esses pais não solicitam alguma flexibilização nos horários para conseguirem comparecer à escola? A visão de participação no âmbito escolar é entendida pelos profissionais somente com a presença efetiva dos pais? Tais indagações são necessárias para sugerir soluções que estimulem a participação dos familiares em eventos, reuniões e em tomadas de decisão relacionadas ao ensino dos alunos/filhos. (Souza; Mello; Barreto, 2021, p.5).

Sendo assim, a gestão escolar deve agir no contexto do patriarcado para compreender melhor a realidade das famílias de seus alunos, buscando formas de atendê-los da melhor maneira possível e de conseguir sua participação, como na Associação de Pais e Mestres, nos Conselhos e em Grêmios Estudantis, exercendo assim, uma gestão democrática:

Nesse sentido, compreendemos que pensar uma gestão democrática implica uma busca de condições do “alargamento” das possibilidades de se estar com o outro, fato que requer uma gestão atenta ao encontro, às relações que se estabelecem entre professores, profissionais, crianças e familiares na instituição educativa. (Borges; Pandini-Simiano, 2019, p. 550).

Portanto, é primordial que a gestão se responsabilize na construção dessas relações, podendo também direcionar os funcionários da escola para contribuir com elas, sem se deixar esquecer da necessidade de agir e mediar ações no contexto da sociedade patriarcal:

Assim, a escola pode contribuir com o desenvolvimento humano, desnaturalizando o determinismo biológico presente nos padrões dicotômicos de gênero que aprisionam homens e mulheres. Esta precisa propor o desenvolvimento humano pleno, respeitando as diferenças, construindo a cidadania e contribuindo para a concretização dos direitos fundamentais do ser humano. (Soldi; Camargo, 2020, p.5).

Na seção seguinte, serão abordadas práticas que possam contribuir para mudanças dentro da escola em relação ao patriarcado.

6. Análise dos estudos de práticas pedagógicas para mudança das práticas decorrentes do patriarcado

Para esta seção, foram estudadas diferentes obras como Borges e Pandini-Simiano (2019); Souza, Mello e Barreto (2021); Costa e Vianna (2018); Soldi e Camargo (2020); Costa (2024); Simões (2013); Fialho e Sousa (2019); Freire, Sabarense e Branco (2009) e Brabo (2004). Foram selecionadas obras que tratassem de práticas pedagógicas capazes de agir no contexto do patriarcado presente na sociedade. Os agentes de tais práticas estão representados pela gestão, professores e familiares, centrados em libertar crianças das prescrições normativas e do preconceito de gênero.

A obra intitulada “Feminismo e machismo na escola: desafios para a educação contemporânea” de Fialho e Sousa (2019), trata de um estudo de caso com 6 professoras da Educação Infantil e Ensino Fundamental da escola pública chamada Professor Francisco Maurício de Mattos Dourado. Esse estudo buscou entender qual era o conhecimento dessas professoras sobre feminismo e machismo, e também, quais eram as práticas pedagógicas realizadas para trabalhar as questões de gênero.

Os resultados mostraram que a informação das professoras sobre machismo era pouca, e menor ainda sobre feminismo, o que dificulta a realização de práticas que podem estimular a igualdade e afrontar as ações sexistas. Além disso, as professoras revelaram que na educação infantil casos sexistas são mais raros, enquanto no Ensino Fundamental são mais comuns, porém como não possuem projetos orientados para elas aplicarem ou formação sobre, não sabem como agir ou ignoram, sem se dar conta que estão contribuindo para a cultura machista, como visto no seguinte trecho:

Apesar de ser possível registrar inúmeros casos sexistas, tais como: o garoto que fazia chacota com o colega que pintava com rosa; a exclusão de menina do jogo de futebol ante sua insistência; a distribuição de brinquedos pela professora, oferecendo carros aos meninos e bonecas às meninas; repreensões de uma professora que criticava a atitude de uma garota, afirmando que aquilo não era coisa que uma menina fizesse; garotos ameaçando usar a força para expulsar meninas do jogo de carimba etc.; nenhuma atitude era tomada pelas professoras, especialmente porque a maioria desses eventos ocorria na hora do recreio, momento em que as docentes afirmavam ser seu momento de lanche e descanso, no qual não deveriam ser importunadas. (Fialho; Sousa, 2019, p. 44)

Para justificar a necessidade de ação nesses casos sexistas recorrentes no ambiente escolar, trago o artigo de Freire, Sabarense e Branco (2009), que traz para discussão, uma pesquisa em uma instituição pública restringida ao Ensino Fundamental I com foco em entender a perspectiva das crianças sobre as questões de gênero. Para isso, contaram com quatro meninos e cinco meninas entre 10 e 12 anos de uma turma da quarta série que foram direcionados a discutir a obra “Contos de escola” de Machado de Assis (2002), em grupos separados por gênero. Os estudantes revelaram suas crenças em tópicos como violência e beleza: estereótipos de gênero, perfis do feminino e do masculino e gênero, escolarização e avaliação escolar. Os homens foram definidos pelas meninas como bravos, distantes e violentos, aliás, a violência foi naturalizada e justificada pelos meninos através de fatos históricos ou ideais. Enquanto os meninos definem as mulheres como mais flexíveis e pacientes, usando como exemplo a professora, mas também, acabam demonstrando ideias de um padrão específico de beleza quando confundem comportamento com aparência, as meninas legais são arrumadas e as feias são chatas.

Quando comentado sobre a escola, os alunos trouxeram ideias de igualdade, dizendo que todos podem aprender do mesmo jeito, porém os meninos se mostraram com certo sentimento de exclusão, dizendo que as meninas eram protegidas pela professora e que eram mais comportadas. Portanto, cabe a escola, como ambiente das relações de gênero, agir a fim de libertar as crianças de tais ideias retiradas de suas próprias experiências e de reverberar mais ideias de igualdade:

Parece existir na escola uma tentativa de estabelecimento de igualdade entre os sexos, mas esta questão ainda é sensível e controversa por causa da relevância das crenças e valores pessoais e coletivos que inevitavelmente prevalecem, mas permanecem encobertos no currículo oculto. Isso enfraquece as iniciativas pedagógicas, uma vez que, como visto, as crianças já trazem consigo uma experiência cultural profundamente marcada pelas dicotomias e estereótipos quanto aos papéis de gênero. (Freire; Sabarense; Branco, 2009, p. 189).

Na tentativa de entender se somente a formação docente pode resolver tais problemas, utiliza-se o artigo de Costa e Vianna (2018), que reflete sobre as consequências do curso outorgado em 2009 pela Universidade Estadual Paulista *Júlio de Mesquita Filho* (UNESP), *campus de Rio Claro*, chamado *Gênero e Diversidade na Escola* (GDE), destinado para professoras e professores. As autoras

ouviram seis professoras da cidade de São José do Rio Preto, que por sinal, eram consideradas como mulheres dentro do “padrão” da sociedade, ou seja, eram brancas, heterossexuais, mães, casadas e de criação católica.

Dentre os relatos, observa-se que as professoras haviam tido pensamentos e constatações em torno das relações de gênero, principalmente quanto ao ser mulher na sociedade. O curso trouxe evolução no entendimento da própria sexualidade das professoras, porém, tiveram diferentes resultados, algumas se aproximaram do feminismo e outras se afastaram. Todavia, foi comum a todas o entendimento da necessidade de respeitar a diversidade sexual, o maior interesse por temáticas de sexualidade e relações de gênero, notado por elas como tópicos presentes nas escolas, e o surgimento de questionamentos a respeito das segregações entre os sexos.

Com isso, o curso, representando a formação docente para professores, abriu espaço para discussões, desconstrução de estereótipos e participou da vida dessas mulheres para entenderem o “ser mulher” e o “ser professora” na sociedade patriarcal. Contudo, para mudanças significativas na educação, parece ser necessário mais:

Embora o GDE tenha sido relevante para repensar as condições das mulheres, é necessário considerar que uma mudança pessoal/individual não basta (e não basta mesmo), se não houver acolhimento e respaldo institucional, ou seja, do Estado, da escola, da gestão escolar. (Costa; Vianna, 2018, p. 425).

A partir desta citação, utiliza-se o texto de Brabo (2004) que discorre sobre a gestão e seu desafio de contemplar as questões de gênero na educação. Essa análise resulta de um estudo de caso em uma Unidade Escolar da rede estadual de ensino que atende ao Ensino Fundamental e Médio com o foco na coordenação, administração e supervisão de ensino.

A reflexão que esse estudo de caso proporciona é o desafio de realizar uma gestão realmente democrática promovendo a participação dos funcionários, família e alunos. Assim, as questões de gênero passam a fazer parte das discussões da gestão, isso porque a escola democrática lida com o que incomoda a comunidade:

Para que o cidadão e a cidadã que nela se formam exerçam sua função social necessária à sociedade atual, globalizada, a escola precisa possibilitar o cultivo tanto dos bens culturais quanto dos sociais,

considerando as expectativas e as necessidades dos alunos, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, de todos os envolvidos diretamente no processo educativo e promovendo a efetiva participação de todos na construção da escola democrática. (Brabo, 2004, p. 64).

Borges e Pandini-Simiano (2019) ressaltam a necessidade de diálogo na participação dos agentes no ambiente educacional, as ações necessárias e os valores que a instituição deve transmitir:

Por isso, há necessidade de diálogo e de promoção de interações interpessoais igualitárias e participativas, entendendo que a gestão se faz no diálogo, interação com o outro. Para Gutierrez e Catani (2001, p. 59), na participação e interação é necessário que “todos possam contribuir, com igualdade de oportunidades, nos processos de formação discursiva da vontade”, ou seja, participar consiste em construir dialogicamente um consenso coletivo. Para isso, torna-se necessária a construção de espaços de efetiva participação dos professores, o que significa tomar consciência política no sentido de opinar, fiscalizar e cumprir decisões. Significa, também, mudar algumas visões de gestão, passando a não esperar decisões prontas a serem seguidas. É indispensável, por parte da gestão, uma coerência entre o discurso e a prática nas relações interpessoais, e a competência no desenvolvimento das práticas realmente participativas. (Borges; Pandini-Simiano, 2019, p. 551)

Mas, como pode-se refletir a partir de Brabo (2004), as dificuldades da gestão para atingir uma cultura democrática são inúmeras e nos momentos de reflexão para planejar o que deve ser feito, acabam se sobressaindo, deixando a preocupação de lidar com as questões de gênero para depois. Entre as dificuldades estão elas:

Entretanto, ainda são muitas as dificuldades para o vivenciar definitivo de uma gestão democrática: inexistência de canais eficazes de comunicação; resistência de segmentos da escola; ausência histórica de uma cultura de participação na sociedade brasileira; a forma dos encaminhamentos das políticas públicas pelos órgãos intermediários de coordenação da educação Secretaria de Estado da Educação e Diretorias de Ensino; o acúmulo de atividades sob a responsabilidade do/ a administrador/a e supervisor/ a de ensino bem como as exigências burocráticas. (Brabo, 2004, p. 72).

Outra dificuldade não listada no trecho parte da realidade de quem está por trás da gestão: a mulher. Soldi e Camargo (2020) e Costa (2024) intrigam em suas obras a discussão a respeito da mulher nos cargos de gestão, segundo os autores, além das mulheres serem maioria nos cargos, 78% conforme dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB/2003, também lidam com as problemáticas de ser mulher na sociedade patriarcal, como a sobrecarga de afazeres em casa e na

escola, cumprindo o papel de mãe, mulher, esposa e profissional (Soldi; Camargo, 2020).

Retomando, pode-se considerar que o caminho para uma gestão democrática, que lida com as relações de gênero e que forma seus professores para que consigam lidar com elas está sendo trilhado, apesar de todos os desafios presentes. Porém, existe outro agente nesta situação: a família. Souza, Mello e Barreto (2021), a partir de um estudo com a equipe gestora de uma Escola Estadual de Minas Gerais analisando como se ocorre a relação entre a equipe e as famílias, concluem:

A função da escola é distinta do papel da família em relação ao desenvolvimento do(a) aluno(a), mas ambas representam parcelas significantes, portanto é de fundamental importância e necessária a reflexão sobre a participação da família na escola, bem como, na mesma proporção, o papel da escola para a construção desse desenvolvimento, para a compreensão do contexto, considerando a influência que estes partícipes estabelecem na vida acadêmica dos educandos. (Souza; Mello; Barreto, 2021, p.13).

Ao pensar nos modos de aproximação e fortalecimento da relação entre família e escola, considerando práticas pedagógicas que buscam a libertação do patriarcado, utiliza-se a tese de doutorado de Simões (2013). Essa tese trata de um estudo sobre a formação parental como forma de intervenção socioeducativa e suas potencialidades para unir família e escola, além de analisar aspectos relevantes sobre as questões da sociedade com as famílias de alunos.

Essa intervenção direcionada para isso pode realizar um processo em que a família passa a compreender as mudanças das concepções de gênero e reflete sobre a igualdade dos sexos. Os resultados práticos para a gestão podem ser observados pelo planejamento que envolve escola e família fazendo com que as crianças compreendam, desde muito cedo, o quanto as mulheres – suas mães e professoras – são sujeitos igualmente dotados de capacidades e direitos como os pais, avôs, tios, irmãos e demais pessoas do gênero masculino. Tornam-se assim, futuros cidadãos do mundo com uma visão diferenciada das relações em sociedade.

A próxima seção encerra o trabalho com as principais considerações da autora.

7. Considerações finais

“A relação com a família é um desafio para o professor e para a gestão”, foi o pensamento que me ocorreu quando iniciei minha carreira profissional e entender a causa dessa dificuldade passou a ser fundamental. Ao refletir sobre isso, notei que a representação daquelas famílias e da equipe da escola partiam do mesmo ponto: mulheres atuando na sociedade patriarcal e vivendo suas tribulações ao escolherem quem irão ser. Com isso, originou-se o desejo de que o trabalho de conclusão de curso tratasse dessas possibilidades de ações da gestão escolar - por sua função de mediação das relações entre escola e família - no sentido de promover a educação de qualidade. Tratar da qualidade do processo educativo, na educação infantil, sobretudo, significa abordar as ações do Projeto Político-Pedagógico, ações e atividades que tratam do patriarcado e suas consequências.

Ao optar pela revisão bibliográfica, como metodologia, com ênfase em obras como Narvaz e Koller (2006), Oliveira e Marinho-Araújo (2010), Corrêa (1981), Soldi e Camargo (2020) e Brabo (2004), este trabalho tratou de refletir a questão do patriarcado, buscando as origens históricas desse modelo familiar surgido na Roma Antiga. Desde esse tempo histórico, o patriarcado como modelo de relações entre homens e mulheres têm persistido e ditado funções e imagens próprias para cada gênero. Isso fica evidente ao observar que, mesmo as crianças, nascidas em uma geração repleta de avanços e informações, ainda perpetuam concepções de caráter sexista e reproduzem ações recheadas de intenções discriminatórias na escola.

Desse modo, notou-se - ainda - que a persistência do modelo de uma sociedade patriarcal demanda a necessidade de atuação da escola com práticas pedagógicas encarregadas de abordar as questões de gênero. Além do mais, foi possível compreender que a relação família e escola por ocorrer no contexto do patriarcado pode reforçar a condição de submissão da mulher – quando repete práticas cotidianas. Esse contexto de repetição de relações entre escola e família sem considerar que essas mulheres são, em sua maioria, chefes de família – provedoras de suas casas – não pode ser desconsiderado quando se tratam de ações como reuniões de pais, por exemplo. Ficou evidente, por exemplo, que os tempos dedicados a essas práticas pedagógicas precisam considerar essa condição. Outro detalhe trata da responsabilização – solitária – dessas mulheres pela educação dos filhos. Assim, mesmo que essas mães tenham assumido a criação

dos filhos (nossos estudantes), parece necessário tratar da co-educação que os pais precisam assumir. Para tanto, um convite diferenciado, para esses pais, para uma reunião com temas para além do pedagógico pode resultar numa aproximação necessária.

Por isso, tratar de tais questões passa a ser ferramenta para aproximar família e escola em torno de uma mudança cultural cujo diálogo, mediado pela gestão, pode reverter o processo de alienação da mulher sujeita do patriarcado e a desmistificar as relações de poder. O diálogo parece ser instrumento de construção da gestão democrática, que atende os objetivos propostos em cada contexto de escola e comunidade, sendo possível aproximá-las em torno de um projeto de sociedade nas quais homens e mulheres usufruem de direitos e deveres iguais.

Afinal, sabe-se que a família e a escola são instituições responsáveis pela formação intelectual, cultural, social e psicológica do indivíduo e, apesar de atuação diferente, precisam compreender que juntas, falando a mesma língua, são capazes de humanizar o sujeito e torná-lo crítico da sociedade e de si próprio. A partir da informação, diálogo, intervenção, formação docente, formação parental e da gestão democrática que lida com as questões que assolam sua comunidade e promove a parceria com as famílias, é possível que meninos e meninas vivam em relação de igualdade e se libertem das prescrições normativas de gênero orientadas pelo patriarcado.

Referências

BORGES, Rúbia; PANDINI-SIMIANO, Luciane. Desafios da gestão na educação infantil: entre concepções e práticas de gestoras. **Educação. UNISINOS**, São Leopoldo, v. 23, n. 3, p. 544-558, jul. 2019. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-62102019000300544&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 set. 2024. Epub 04-Maio-2020.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Democratização da escola sob uma perspectiva de gênero: um novo desafio. **ORG & DEMO**, v.5, n.1, p.55-78, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Art. 226.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Anísio Teixeira**.

Disponível

em:<http://portal.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-saomaioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao/21206>.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o **Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p.

BRASIL. L3071. LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**.

BRASIL. **Antiga Lei do Divórcio e da Separação Judicial** | LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977.

BURGOS, M. B. e ROSSI, L. **O valor da educação escolar para as famílias: confronto entre a percepção dos responsáveis e o senso comum escolar** In: BURGOS, Marcelo Baumann. (Org). A escola e o mundo do aluno: estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola. São Paulo: Garamond Universitária, 2014.

CAETANO, Luciana Maria. Relação escola e família: Uma proposta de parceria. **Educação, Cultura e Sociedade**, v. 1 n. 1 (2003).

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41–58, jan. 2004.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. Acesso em: 29 jun. 2024, 1986.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 5–16, 1981. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1590>. Acesso em: 1 jul. 2024.

COSTA, Ana Paula; VIANNA, Cláudia Pereira. A Formação docente em gênero a crítica ao patriarcado: subordinações e resistência de mulheres professoras. **Poiésis – Revista do programa de pós-graduação em educação– Mestrado –**

Universidade do Sul de Santa Catarina, Unisul, Tubarão, v.12, n. 22 p. 410-428, Jun/Dez 2018.

COSTA, Vanessa Braz. A influência feminina na gestão escolar: um estudo sobre a presença da mulher na rede pública de ensino. **RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, Brasil, v. 1, n. 7, p. 89–104, 2024. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/125..> Acesso em: 14 set. 2024.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 17, n. 36, p. 21–32, jan. 2007.

DIEESE. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. São Paulo, SP. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2024.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de. Feminismo e machismo na escola: desafios para a educação contemporânea. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v.8 , n.1, p. 35 - 50 , Agosto/Setembro/Outubro - 2019.

FREIRE, Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire; SABARENSE, Stéphanie; BRANCO, Angela Uchoa. A perspectiva das crianças sobre questões de gênero na escola. **Psico**, [S. l.], v. 40, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/4062>. Acesso em: 5 de mar. 2024.

GERONIMO DA SILVA, Y. and VERZOLA VAZ, D. Por que as ocupações “femininas” pagam menos? Um estudo longitudinal. **Rev. bras. estud. popul.** [online]. 2022, vol. 39, e0212[viewed 08 September 2022]. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0212>. Available from: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/hRNYKTpsB3P5GrGWn6xk7nw/>

KARLIN, C. A., ENGLAND, P. and RICHARDSON, M. Why do “women’s jobs” have low pay for their educational level? **Gender Issues [online]**. 2002, vol. 20, no. 4, pp. 3-22 [viewed 08 September 2022]. <https://doi.org/10.1007/s12147-002-0020-6>. Available from: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12147-002-0020-6>

MACHISMO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/trabalho/>. Acesso em: 24/08/2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MERSETH, Katherine K. **Desafios Reais do Cotidiano Escolar Brasileiro: 22 dilemas vividos por diretores, coordenadores e professores em escolas de todo o Brasil** / coordenação Katherine K. Merseth ; organização Instituto Península. São Paulo : Moderna, 2018.

MONTORO, Ana Carolina. Violência doméstica contra a mulher cresce 9,8% no Brasil, aponta Anuário de Segurança Pública. **Exame**, 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/%E2%81%A0violencia-domestica-contr-a-mulher-cresce-98-no-brasil-aponta-anuario-de-seguranca-publica/>.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49–55, jan. 2006.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 27, n. 1, p. 99–108, jan. 2010.

SIMÕES, Maria da Graça Rolo dos Santos. Formação parental em contexto escolar : promoção da construção de pontes entre escola e família. Coimbra : [s.n.], 2013. **Tese de doutoramento**. Disponível na WWW: <http://hdl.handle.net/10316/23714>.

SOUZA, Valdirene Eliane Bailon de; MELLO, Rita Márcia Andrade Vaz de; BARRETO, Maria de Lourdes Mattos. O olhar da gestão escolar para além do marco institucional: percepções da gestão escolar sobre a atuação e a participação familiar na escola. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 14, n. 33, p.16085, 2021. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/revtee/article/view/16085>. Acesso em: 10 set. 2024.

SOLDI, Jovandra Luiza; CAMARGO, Edson Carpes. Mulheres na gestão escolar: questões de gênero, tempo pedagógico e qualidade de vida. **Instituto Federal do Rio Grande do Sul**, 2020. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/409>.